

# Infâncias em povos indígenas no Brasil: idade, gênero e construção da pessoa<sup>(1)</sup>

Angela Nunes<sup>(2)</sup>

Maria Rosário de Carvalho<sup>(3)</sup>

## Resumo

Apesar das recentes mudanças paradigmáticas, estudos sobre as concepções de 'infância' e 'criança' próprias dos diferentes povos indígenas no Brasil, e sobre a participação das crianças destas sociedades no processo de (re)produção cultural e social, ainda são pouco visíveis, quer no âmbito científico, quer no contexto das decisões institucionais e legais que afectam suas vidas. Poderão os estudos sobre as crianças indígenas no Brasil propiciar novas perspectivas de análise ou ensejar o surgimento de vertentes teóricas próprias, ainda não consideradas no panorama internacional?

## Palavras-chave

(1) Crianças; (2) Infância; (3) Gênero; (4) Sociedades indígenas no Brasil.

## Abstract

Despite recent paradigmatic changes, studies on "childhood" and "children" conceptions that pertain to different indigenous peoples in Brazil, and on the participation of Brazilian indigenous children in the process of cultural and social (re)production, still need visibility in scientific research. The same applies to legal and institutional decisions that impact their lives. Can the studies about indigenous children in Brazil provide new perspectives for analysis or give rise to a theoretical approach that has yet not been considered at the international panorama?

## Keywords

(1) Children; (2) Childhood; (3) Gender; (4) Indigenous societies in Brazil.

(1) Apresentado no Seminário Internacional "Construções contemporâneas sobre a infância -teoria, políticas e práticas sociais". Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) e Universidade do Minho - Instituto de Estudos da Criança, Portugal. Setembro 2008. Agradecemos à Universidade do Minho, Portugal, PUC-Rio e CAPES, Brasil, pelo financiamento que tornou possível a realização do evento e a nossa participação neste.

(2) Doutora em Antropologia, Investigadora Associada, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Portugal, Bolsista de Pós-Doutoramento, FCT/Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal.

(3) Doutora em Antropologia, Professora Permanente o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA, Brasil, e Bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq.

A presente reflexão desenvolve-se no âmbito da Antropologia e Etnologia Indígena brasileiras, e visa contribuir para a intensificação do diálogo entre estas áreas científicas e os Estudos da Criança e da Infância<sup>1</sup>. A ênfase, nos estudos etnológicos, sobre pequenas sociedades não-ocidentais e, em particular, sobre as sociedades indígenas no Brasil, parece-nos ser necessária e produtiva no âmbito do debate interdisciplinar em curso, quer a nível nacional, quer internacional. Por um lado, porque dados que desde sempre foram produzidos sobre a infância nestas sociedades e que se encontram dispersos pelas monografias, precisam ser identificados, sistematizados e teorizados, de modo a que, conjuntamente com as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos novos paradigmas<sup>2</sup>, se consolide aquilo a que poderíamos chamar 'estudos etnológicos sobre as crianças indígenas'. Estes estudos devem integrar a reflexão sobre a infância e ganhar visibilidade intra e além fronteiras. A expressiva sociodiversidade da infância indígena no Brasil, passível de ser surpreendida entre mais de 200 povos contemporâneos, que falam cerca de 180 línguas diferentes<sup>3</sup>, motiva, e requer, a elaboração de um permanente exercício comparativo, relativizador, que nos compele a estar vigilantes contra o risco de acolhermos, acriticamente, novas versões, tentativamente hegemônicas, do pensamento ocidental sobre o conhecimento da infância no mundo. Por outro lado, porque muito embora a Antropologia seja parte integrante dos Estudos da Criança e da Infância, tem sido a área disciplinar que mais discretamente tem participado na sua edificação. Não obstante a interdisciplinaridade seja desejável, e esteja marcando os *Childhood Studies*, há que não perder de vista especificidades teóricas e metodológicas que cada disciplina oferece. Esta

---

<sup>1</sup> Carvalho & Nunes 2007, James & James 2008, Sarmiento 2008, entre outros.

<sup>2</sup> Nunes 1999, 2003; Cohn 2000; Lopes da Silva, Macedo e Nunes 2002, entre outros.

<sup>3</sup> Os povos indígenas estabelecidos no Brasil constituem um total de cerca de 600 mil pessoas, das quais 450 mil vivem em Terras Indígenas e núcleos urbanos próximos, e 150 mil vivem em grandes cidades. (<http://www.socioambiental.org/>).

idéia é reforçada pelo fato de alguns conceitos-chave na constituição da Antropologia, como ciência voltada para a diversidade cultural e a compreensão do outro, e a Etnografia - um dos métodos mais recorrentes na investigação antropológica - estarem sendo evocados para vencer alguns impasses teóricos e metodológicos atuais.

Neste artigo, percorrendo, brevemente, as diferentes fases da pesquisa e produção em Etnologia, no Brasil, apresentamos alguns exemplos etnográficos referentes a vários povos indígenas neste país, focalizando diferentes concepções de infância, modos específicos de construção da Pessoa e de circulação de conhecimentos inerentes à sociabilidade e educação das crianças, onde se inclui a gradual percepção das diferenças de gênero, num confronto entre os valores tradicionais e as mudanças acarretadas pelo contato com a sociedade brasileira envolvente.

### Distintos cenários

Até 1930, com base em pesquisas etnológicas, havia apenas alguns estudos fragmentados e dispersos sobre as sociedades indígenas no Brasil. O cenário muda com as monografias de Curt Nimuendajú, nos anos 30/40, às quais se seguem trabalhos de Fernandes, Galvão & Wagley, Ribeiro, Baldus e Schaden. As referências às crianças e à infância são pontuais e ilustrativas, enquadradas em temas genéricos, como a família ou os rituais que marcam as várias fases do ciclo de vida, sobre os quais incide a teorização antropológica da época. Os ritos de iniciação à vida adulta constituem um tópico de grande fascínio e são amplamente etnografados, ensejando análises no contexto dos processos de educação e socialização infantis, uma vez que entre os povos indígenas, desde o nascimento e ao longo das várias fases da infância, há uma preparação informal quer para a vivência desses ritos, quer para a assunção gradual de atributos peculiares à vida adulta. A ênfase no tratamento dos dados sobre a infância, no entanto, recai sobre os adultos, evidenciando estar em consonância com os pressupostos da época: um adulto socialmente integrado é que é considerado como o grande objetivo do processo educativo.

Nos anos 1960/70, a Antropologia brasileira vive uma grande transformação. Intensifica-se a pesquisa, aumentam as publicações, expande-se o ensino e alarga-se o debate. Este processo arrasta-se às décadas de 1980/90, contribuindo para a definição de linhas de investigação com características muito próprias. É, também, o período de consolidação da pesquisa em etnologia indígena, reconhecida, nacional e internacionalmente, por seus inúmeros desdobramentos e contribuições, metodológicos e teóricos, entre os quais, por exemplo, se inclui uma participação política e social na defesa dos direitos dos povos indígenas.

Decifrar a organização social e os meandros da vida no grupo doméstico eram procedimentos fundamentais nesta fase, e é neste contexto que passam a ser produzidos os dados etnográficos sobre as crianças. Porém, em descompasso com os demais avanços da disciplina, o seu tratamento continua sem mudanças teóricas significativas, indicando, provavelmente, dificuldades em pensá-los antropologicamente. A grande variedade que caracteriza as informações disponíveis torna difícil agrupá-las em categorias de análise. Os diferentes aspectos da vida cotidiana, as classes e as categorias de idade, o corpo, as brincadeiras, a vivência das dimensões de tempo e espaço, as várias possibilidades de relação criança/adulto, as regras de parentesco, o processo de formação da Pessoa, as construções de gênero, a educação formal e a informal, os saberes locais, a afetividade, o ritual e a cosmologia são alguns dos tópicos identificados. Estes, contudo, interseccionam-se, constantemente, sendo as fronteiras entre eles muito fluídas e imprecisas, o que faz com que uma mesma informação possa constituir referência útil em vários destes tópicos ao mesmo tempo.

Uma das primeiras monografias a marcar o início deste processo de transformação da Antropologia no Brasil é resultado das pesquisas que David Maybury-Lewis empreendeu, desde 1958, entre os Xavante. Traduzida em 1984 para o português, este livro tornou-se uma referência obrigatória nos estudos etnológicos. A referência às crianças são incluídas no capítulo que descreve o grupo doméstico. A atenção ao cotidiano na aldeia e à movimentação das crianças permite-lhe observar que "há pouco que elas não possam fazer

e nada que elas tenham que aprender, ou melhor, nada que os adultos estejam ansiosos para lhes ensinar" (Maybury-Lewis, 1984, p.113), o que parece ser contraditório, pois muito cedo os meninos e meninas conseguem autonomia de subsistência, e demonstram bom domínio de práticas e habilidades próprias ao modo Xavante de viver. Nesta atitude compartilhada por adultos e crianças está o cerne de uma forma peculiar de existência societária, estreitamente relacionada com o sistema de construção e transmissão de saberes (Nunes, 1999, 2003). Em relação intrínseca com este processo, atuando como um mecanismo produtor de sinergia, estariam a extrema permissividade com que as crianças circulam pela aldeia, sua onipresença, sua atenção a tudo o que acontece, aspectos descritos por David Maybury-Lewis, observados por Aracy Lopes da Silva uma década depois (Lopes da Silva, 1986), e por Ângela Nunes na de noventa (ib.).

É interessante notar que este parece ser um recurso presente em muitas das sociedades indígenas, que permite à criança adquirir, informalmente, um conhecimento concreto de toda a teia de relações sociais onde está inserida. Na sua monografia sobre os Kaiapó-Xikrin, habitantes das Terras Indígenas Cateté e Trincheira Bacajá, no Pará, Lux Vidal refere a classificação das categorias de idade e as relações da criança com a mãe e com o pai, a sua integração no grupo doméstico que se estende a tias, tios, avós, avôs e primos, destacando a grande permissividade com que estas circulam por toda a aldeia e se relacionam com todos os adultos, até começarem a ser também abrangidas pelo sistema de restrições que permeia a organização social do grupo, e o papel de mensageiro que lhes é atribuído por serem quase inexistentes os lugares a elas vedados (Vidal, 1977, p.102-105). Do mesmo modo, décadas depois, Clarice Cohn observa que não obstante os adultos Xikrin digam que as crianças não sabem nada, afirmam, em simultâneo, que estas vêem e ouvem tudo, o que a autora sugere "deve ser entendido lembrando-se de que elas devem aprender a construir um sentido ao que vêem e ouvem, mas que lhes está aberta a possibilidade de testemunhar toda a vida social e ritual xikrin" (Cohn, 2000, p.203). Saber, conhecer, aprender, entender e compreender, podem ser englobados em duas capacidades: a de ver e ouvir. Os Xikrin podem expres-

sar "saber ou ter aprendido algo", dizendo "eu já ouvi" ou "eu já vi" (Cohn, 2000, p. 200)<sup>4</sup>.

Ao escrever sobre o cotidiano dos índios Mehináku, do Alto Xingu, e a partir de categorias etnográficas tais como a fofoca, o roubo, as saudações e despedidas, privacidade e relações extraconjugais, Thomas Gregor oferece uma compreensão sobre a organização social do grupo, na qual as crianças desempenham um papel fundamental: com liberdade para acompanhar tudo e todos, elas sabem e fazem circular informações que, devido a tabus e regras de evitação, não são de acesso direto a todos os adultos (Gregor, 1977, p.108-116). De fato, as crianças reproduzem, em réplicas fiéis e contundentes, cenas da vida pública ou privada, momentos marcantes do ciclo de vida dos indivíduos e, também, os vários papéis que estes são chamados a desempenhar na vida familiar e na da comunidade. Nestas 'encenações', as crianças também reproduzem aquilo que, em princípio, não deveriam aprender a fazer, e que são alguns dos aspectos escondidos da conduta dos adultos Mehináku (ib, p.112).

Essa aparente extrema liberdade ou permissividade, que parece ser uma característica recorrente, é, no entanto, difícil de classificar em termos etários, quer de acordo com o sistema ocidental, quer em termos de uma definição que seja comum a todos os povos indígenas. Aquilo a que nós chamamos 'infância', mesmo considerada a pluralidade com que esta se manifesta nas sociedades ocidentais, não tem tradução nas línguas indígenas. O mesmo acontece com a palavra 'criança'. Para encontrarmos algo que corresponda a estes termos nas sociedades indígenas, teremos que considerar a sua organização social, sistema de parentesco e cosmologia, e encontrar categorias etárias próprias, que se manifestam em comportamentos, papéis sociais e rituais específicos a cada uma das sociedades.

Os Xavante, por exemplo, povo que se distribui por 60 aldeias na porção leste do Mato Grosso, têm uma organização social baseada em metades

---

<sup>4</sup>Para os Xavante, saber, conhecer e aprender, são englobados numa só palavra: waihu'ú (Nunes, 1999, p. 148).

O Social em Questão

exogâmicas. Esta organização dual é atravessada por um intrincado sistema de classes (*age-sets*) e de categorias de idade (*age-grades*) que, para Maybury-Lewis (1984) e Lopes da Silva (1986)<sup>5</sup>, constituem peças fundamentais na sua estrutura social, através das quais todo o esquema societário se manifesta e se põe em movimento. Os Xavante não têm uma categoria de idade genérica equivalente a 'criança'. Para saber como classificam socialmente as suas crianças e identificam o que parece corresponder à fase etária que entre nós equivale à infância, é preciso recorrer às suas categorias de idade, que são diferentes para cada um dos gêneros e não são quantificadas em anos. Os indivíduos Xavante, incluídas as crianças, podem não saber quantos anos têm mas todos sabem a que categoria de idade pertencem<sup>6</sup>.

A primeira categoria de idade Xavante - comum a ambos os gêneros - é *aiuté*. Designa os bebês recém-nascidos e os de colo. A autonomia de deslocação, a capacidade de comunicação e o fim da amamentação são fatores que determinam o tempo-limite desta categoria. A partir de *aiuté*, as categorias de idade passam a ser diferenciadas para os meninos e as meninas. No que refere aos primeiros, a categoria seguinte é *watebremi* (idades entre dois ou três anos até aos nove ou dez anos). Segue-se a categoria *airepudu* (de nove a 12 anos), abrangendo aqueles que, não obstante já estejam sob observação dos homens mais velhos quanto a transformações biológicas da puberdade, podem brincar com as meninas ou acompanhá-las em atividades domésticas. Começam, porém, a ser chamados para tarefas junto aos homens, por exemplo, participar em pescarias, ficar com eles na mata à noite e iniciar comportamentos de evitação social. Assim, as categorias de idade masculinas -*aiuté*, *watebremi* e *airepudu*- são aquelas que os Xavante consideram como o período da infância dos meninos, ou pelo menos é assim que tentam traduzi-

<sup>5</sup> Ver em Nunes 1999 e 2003 sobre as categorias de idade Xavante, com incidência nas que correspondem à infância, a partir da avaliação dos trabalhos de Maybury-Lewis, Lopes da Silva e da sua própria etnografia.

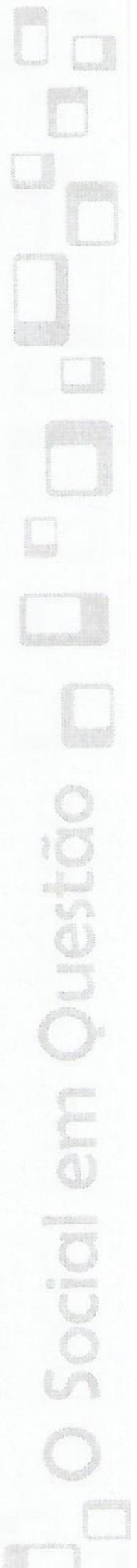
<sup>6</sup> Embora nas últimas décadas existam registros de nascimento com a indicação do ano, o que permite que, de acordo com o nosso sistema marcador de tempo, as pessoas saibam exatamente quantos anos têm, ainda são as categorias e as classes de idade que as situam nas várias posições cronológicas e etárias.

lo para a nossa língua e segundo as categorias usadas por nós. A categoria de idade que os identifica como iniciandos à vida adulta é *wapté* e a passagem para esta categoria é abrupta, formalmente marcada pelo fato de terem de deixar a sua casa e começarem a morar em grupo, numa casa construída especificamente para esse fim (*hö*)<sup>7</sup>.

No ciclo de vida feminino, depois da já mencionada categoria de idade *aiuté* surge a categoria *ba'õno*, que abrange as meninas até antes dos seus seios começarem a se desenvolver. Há uma subcategoria *ba'õtõre* (diminutivo de *ba'õno*), que vai apenas até aos quatro ou cinco anos. Quando o corpo começa a evidenciar as transformações biológicas da puberdade, mais ou menos entre os dez e os doze anos, passa à categoria *adzarudu*. A passagem de *ba'õno* a *adzarudu* parece corresponder, portanto, ao limite do período da infância em termos institucionais, para as meninas Xavante. No que refere à prática do quotidiano, apesar de se enfatizar a diferenças, as *ba'õno* mais velhas e as *adzarudu* mais novas fazem sensivelmente as mesmas coisas: acompanham as suas mães nas tarefas da roça, da casa, do rio, dos cuidados com os irmãos menores, ao mesmo tempo em que brincam com as outras crianças. O peso das obrigações e responsabilidades domésticas tende a aumentar para as *adzarudu* na medida em que crescem mas, por uma necessidade que tem a ver com o desempenho do seu papel feminino, pode se verificar a passagem à categoria de idade seguinte mesmo antes da puberdade. Isto não as isola das *ba'õno*, nem dos *watebremiti* e *airepudu*, mas deixa-lhes menos tempo livre, uma vez que passam a acompanhar, mais constantemente, as outras *adzarudu* um pouco mais velhas, as *adabá* e as *pi'õ* (mulheres jovens e maduras) de seu grupo doméstico<sup>8</sup>. De notar que, para além da categoria *aiuté* (bebés de ambos os gêneros) não existem mais cate-

<sup>7</sup> Os *wapté* permanecem por quatro ou cinco anos isolados do contato social com o seu grupo doméstico e restante comunidade, exceto com os seus pais, homens mais velhos e os *danhohuí'wa*, que são os responsáveis formais pela sua iniciação à vida adulta.

<sup>8</sup> As etapas do ciclo de vida da mulher Xavante são marcadas por mudanças menos abruptas que a dos homens, embora sejam igualmente vinculadas à formação das categorias e classes de idade. Na passagem da infância para a adolescência, as meninas não formam um grupo que vai morar em outro lugar e residem sempre na casa ou grupo doméstico onde nasceram.



gorias de idade genéricas que designem do mesmo modo as meninas e os meninos Xavante. Assim, o início da diferenciação entre *watebreimi* e *ba'õno*, categorias subsequentes à *aiuté*, já indica a existência do início de uma grande clivagem entre os gêneros e de atribuições específicas para um e para outro. Evidenciando-se sobretudo na vida adulta, esta clivagem já está em processo desde os primeiros anos de vida do indivíduo.

Muito embora o que ocorre entre os Xavante encontre semelhanças em outros povos Jê<sup>9</sup>, manifesta-se com especificidades próprias a cada um destes. Para os Bororo, que estão distribuídos em cinco Áreas Indígenas descontínuas incidentes em oito municípios do estado de Mato Grosso, o nascimento de uma criança é um momento crucial na vida de todos, uma vez que expressa alianças em vários níveis: entre as forças vitais do homem e da mulher (a união do sêmen e do sangue); entre a natureza e a cultura (a união entre as duas entidades sobrenaturais *bope*, associada à natureza, e *aroe*, associada à cultura); entre o social e o cultural (através da união dos clãs e linhagens) (Novaes, 1986, p.166). Se a concepção representa a união de forças vitais, é no decorrer da gravidez, mesmo enquanto associada ao domínio da natureza, que se inicia a elaboração do indivíduo social. Os cuidados e tabus que envolvem esse estado, tanto para a mãe como para o pai, fazem parte da construção do feto e, portanto, dessa elaboração social. Mas é só com o nascimento da criança que começa o longo e complexo processo de sua incorporação ao domínio da cultura. A nomeação, que tem lugar no centro da aldeia, o lugar da cultura, por oposição ao lugar onde se dá o parto, geralmente no mato, é um ritual que deve ser feito logo em seguida, sob pena de a criança poder morrer. Ao ser nomeada, ela se torna portadora de identidade social, o que lhe permite nela localizar-se e atuar socialmente, enquanto pertencente a um clã e linhagem específicos.

O avanço das pesquisas sobre os povos indígenas torna evidente que é

---

<sup>9</sup>No que concerne às línguas indígenas no Brasil, há dois grandes troncos -Tupi e Macro-Jê- e 19 famílias lingüísticas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para serem agrupadas em troncos. Há, também, famílias de apenas uma língua, às vezes denominadas "línguas isoladas" (<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>).

impossível prescindir de um entendimento sobre a cosmologia de cada um desses povos para se poder entender seu cotidiano, sistema de parentesco e organização social. Foi ao desvendar a cosmologia dos Araweté, povo tupi localizado na região sul do estado do Pará, em uma só aldeia, às margens do igarapé Ipixuna, afluente do médio rio Xingu, que Eduardo Viveiros de Castro (1986) se aproximou do que acontece entre as pessoas, das relações que entre estas se estabelecem, seus ritmos e estruturação social, e foi neste contexto de análise que as crianças foram apreendidas e mencionadas. Desde a sua concepção e até atingir autonomia, lá pelos oito a dez anos, a criança Araweté passa por diversas fases de crescimento que implicam em restrições de várias ordens para os pais e para si mesma, que, se não observadas, colocam em risco as suas vidas. Estas diferentes fases, que para os Araweté significam amadurecimento e passagem gradual para a vida adulta, escapam, de modo muito visível, ao que é considerado criança entre os ocidentais. Por exemplo, a "humanidade da criança" só se manifesta quando ela demonstra "ter consciência", ou seja, quando começa a conseguir responder a estímulos lingüísticos antes da fala propriamente dita, por exemplo, quando começa a sorrir<sup>10</sup>. Antes disso, se morrer, nem os pais a choram. O processo de fixação da alma no corpo da criança é demorado e depende da observância de rigorosos comportamentos referentes à alimentação e à atividade sexual por parte dos pais, principalmente até ela atingir, aproximadamente, os quatro anos de idade. Até então, a criança é muito vulnerável, leve, e a sua alma pode desprender-se facilmente de seu corpo. Intervenções xamanísticas frequentes ajudam a protegê-la, ao "fechamento do corpo", e vão libertando, gradualmente, os pais das restrições a que se submetem (Viveiros de Castro, 1986, p. 438-450).

Por outro lado, no caso das meninas, já a partir dos sete anos elas podem ser entregues a homens mais velhos que vão iniciá-las à sexualidade, através de um processo de preparação e de "fabricação do corpo" da mulher (Viveiros de Castro, 1986, p. 455-456). As informações provenientes do universo cosmológico são cruciais para o entendimento do que acontece no dia a dia

---

<sup>10</sup> O que revela o quanto as sociedades são humanocêntricas.

das crianças na aldeia, nas casas, com as pessoas, consigo mesmas. Saber detalhes das suas vida no decorrer das distintas fases de crescimento, como se comportam, o que fazem, como se sentem, que expectativas mantêm, como interagem com os pais, com as demais pessoas que cuidam delas, com as que as iniciam à vida adulta, com a comunidade, com as outras crianças mais novas ou mais velhas, ajudaria, por sua vez, à compreensão da cosmologia. Ligar os dois universos parece ser um grande desafio. A própria auto-definição cosmológica dos Araweté enquanto seres vivos, a de crianças, seres que ainda não sabem nada, que existem há pouco tempo, contraposta à sua definição dos deuses como sendo adultos, pode ser considerada como um instigante começo (Viveiros de Castro, 1986, p. 190, 347, 515 e 521) de interlocução com os atuais paradigmas.

A partir dos anos noventa tem lugar relevante inflexão, produzida, predominantemente, por pesquisadores de inspiração britânica, que ao tempo em que tratam de evitar pressupostos analíticos a priori, associados a tradicionais oposições, se distinguem de outras etnografias recentes por tomarem como foco a dimensão de gênero, buscando, em particular, entender o trabalho e a vida das mulheres sem pressupor valores ou significados associados a esses domínios (McCallum, 1999, p. 157).

Para essas etnografias, o artigo *Perverse Child* (1989), de Peter Gow, cuja hipótese é a de que a organização social depende dos processos 'genderizados' (*gendered*) envolvidos na produção, reprodução, distribuição e troca, é considerado pioneiro e inspirador. Ele analisa o lugar do desejo sexual e do desejo por alimento na economia de subsistência do povo nativo do baixo curso do rio Urubamba, no Peru, e descreve a produção, circulação e consumo dos alimentos, explorando os vínculos entre esse sistema e a construção de categorias de gênero, identidades sexuais e relações de aliança, afinidade e parentesco. O seu argumento central é que a sexualidade e o alimento são análogos ao nível do desejo, e que é a construção de pessoas e sujeitos de desejos particulares, orais e sexuais, que estrutura as economias de subsistência amazônicas (Gow, 1989). Gow também demonstra que o parentesco não é apenas constituído por sistemas terminológico e de atitudes, mas gerado ao longo do tempo, a partir de inúmeras

veis atos de cuidado e carinho que parentes co-residentes dispensam uns aos outros e às crianças. É a memória desse zelo que constitui as relações de parentesco, integra as comunidades e estrutura o próprio conceito de história (Gow, 1991).

Um efeito produtivo dessa mudança no contexto amazônico foi, para McCallum, uma crescente contribuição à antropologia da infância, a exemplo da etnografia que elaborou sobre a preparação das crianças Kaxinawá (ou 'Huni Kuin', estabelecidos no Acre) para a vida adulta (McCallum, 1999, p.159). Ela observa que a 'generização' das crianças só se inicia propriamente depois da cerimônia de nomeação (*nixpo pima*). Nomes verdadeiros, *Kena Kuin*, só são completamente fixados quando elas tenham adquirido certas habilidades sociais, mas ainda tenham que desenvolver aptidões essenciais à maturidade generizada. Em termos de desenvolvimento, isso significa que os nomes são associados a conhecimentos de natureza prática, especialmente ao uso correto da língua e da terminologia de parentesco, de que as crianças devem ser capazes na época em que recebem formalmente os nomes (McCallum, 1999, p. 160). As agências masculina e feminina são opostas mas complementares dentro dos processos econômicos e sociais. Homens matam e trazem a caça, enquanto as mulheres a transformam. Essa oposição é refletida no modo como a agência é formalmente adquirida: as mulheres aprendem através de uma relação de parentesco consanguíneo, com suas avós maternas, suas homônimas; os homens aprendem através de uma relação de afinidade, com seus avós maternos, homônimos de seus cunhados. As primeiras aprendem num estado mental predominantemente consciente, enquanto os segundos o fazem tanto em estado consciente quanto, por meio de alucinógenos, numa situação em que seus corpos se tornam alheios ao mundo cotidiano. Finalmente, os homens aprendem afastando-se da aldeia, em viagens pela floresta e pela cidade, conscientes ou não, enquanto as mulheres aprendem com relativa imobilidade, na casa de suas avós maternas (McCallum, 1999, p. 161). Os avós maternos produzem, assim, a diferenciação de gênero em corpos que os pais da criança produziram, anteriormente, através do sexo repetido e, na seqüência, pela alimentação.

É central nas teorias pedagógicas kaxinawá a idéia de que a produção

O Social em Questão

corpórea deve ocorrer paralelamente à produção da memória e do conhecimento na pessoa. Assim, enquanto os pais devem alimentar os filhos com o alimento certo na hora certa, e negar-lhes alimento fora de hora, de modo a prevenir enfraquecimento ou doenças, os avós assumem a responsabilidade pela produção corporal adulta nos adolescentes. A avó materna preside o isolamento da menina durante a primeira menstruação e prepara seu corpo para o aprendizado de técnicas femininas, como a tecelagem, enquanto o avô materno cuida da produção dos corpos masculinos, apropriados para trabalhar na roça, caçar na floresta e pescar no rio. Eventualmente, a criança pode adquirir a capacidade de aprender por si mesma, sem a intervenção dos outros (McCallum, 1999, p. 161). Os meninos, por sua vez, aprendem inicialmente a caçar observando as proibições da dieta, que ajudam a formar seus corpos, assim como ocorre com as meninas na primeira menstruação. Mas a dieta masculina passa a uma fase ativa quando o menino dá início à caça de animais específicos na floresta, ao contrário das meninas, que continuam a 'estudar' nas casas de suas avós maternas. Idealmente, um menino é guiado por seu avô materno em suas investidas na caça a animais específicos, assim como em suas dietas. Ao contrário do que acontece com as meninas, ele tentará, também, absorver, em seu corpo, as capacidades da cobra de rastrear e caçar, tornando-se, assim, um bom caçador. Nessa fase, ainda, ele começa a tomar o alucinógeno *nixi pae* (McCallum, 1999, p. 170).

Vanessa Lea, no bojo, igualmente, da produção de uma etnografia orientada para o gênero feminino Mebengokre (Kayapó, Xingu), surpreenderá a criança, observando que toda aquela que nasce pertence à Casa da mãe, uma vez que os Mebengokre compartilham uma ideologia uterina: tudo de mais valioso, tal como os nomes pessoais e as prerrogativas herdáveis, é transmitido por via uterina (Lea, 1994, p. 94). Na primeira infância, o tratamento dispensado a ambos os sexos é praticamente neutro com respeito ao gênero. De uns dois anos de idade em diante até a velhice, a distinção sexual é acentuada; mas, no final da vida, esta separação acaba. Os homens muito velhos praticamente não vão mais à casa dos homens, ficando em casa sob o cuidado de sua família, portanto, tornando-se mais "femininos" (Lea, 1994, p. 99-100).

## Infância indígena em risco?

Se os distintos cenários indígenas até aqui apresentados, nos quais surpreendemos as crianças, parecem isentos de problemas, a realidade quotidiana, em outros cenários, igualmente indígenas, por vezes se apresenta adversa. São duas faces de uma mesma complexa categoria social, apreendidas com maior ou menor mediação analítica, e a ambas procuramos, neste texto, dar relevo. De fato, todavia, uns e outros cenários, apreendidos a partir das suas situações concretas, históricas, encerram vulnerabilidade e requerem atenção.

A população infantil indígena, no Brasil, está estimada em 146 mil, o que representa 28% da população indígena do país (IBGE apud redea@anai.org.br). Essa população tem apresentado altas taxas de mortalidade infantil<sup>11</sup>, sendo a desnutrição, de acordo com os dados disponíveis, a causa mais recorrente. Desde os finais dos anos noventa<sup>12</sup>, a imprensa vem registrando, regularmente, óbitos de crianças indígenas, predominantemente entre os Guarani-Kaiowá localizados em Mato Grosso do Sul<sup>13</sup>. Em maio de 2005 foram registradas 23 mortes de crianças dessas etnias, especialmente nos municípios de Japorá, Amambaí e Dourados. Nesse último, foram 19 óbitos de crianças entre dez meses e três anos, todas com sintomas inquestionáveis de desnutrição. Entre 2005 e fevereiro de 2008, a desnutrição teria causado a morte de 47 crianças menores de quatro anos, conforme informações da FUNASA (Direitos Humanos. Agência Folha em Dourados, 03.09.2008). São freqüentes as tragédias pessoais, como a que acometeu Camila, dois meses, nascida com três kg e internada com 2,85 kg no Hospital Universitário de Dourados, onde faleceu menos de uma semana depois. A

<sup>11</sup> Dados do Departamento de Saúde da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) revelam que a mortalidade foi reduzida de 55,7 em 2002, para 47,4 em 2004, para mil nascidas vivas, indicador, todavia, bem maior do que a média nacional entre os não-indígenas, que é de 32 mortos para cada mil nascidos vivos. Há áreas, porém, como no Vale do Javari, na Amazônia Ocidental, em que taxa de mortalidade foi de 123 para cada mil nascidos vivos, em 2007, situação que a imprensa brasileira informa atingir mais de dez povos indígenas (Vieira et al, 2008).

<sup>12</sup> A partir de 1999, a saúde indígena, até então sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), passou a ser atribuição da FUNASA.

<sup>13</sup> Os Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul estão distribuídos entre 24 Terras Indígenas, das quais cinco estão sub judice. Os montantes demográficos são elevados e há aldeias, como a de Dourados, cuja densidade demográfica chega a 331 habitantes por km<sup>2</sup>.

O Social em Questão

mãe, abandonada pelo pai da criança, havia deixado de amamentá-la (Direitos Humanos. Agência Folha em Dourados, 03.09.2008). Ao lado da fome e do alcoolismo, o uso de drogas torna mais intenso o nível de desestruturação sociocultural. Essa ausência de cuidados, consigo próprios e por suas crianças, denuncia um quadro aparente de renúncia ou indiferença pela vida, por parte dos adultos desta sociedade, decorrente de um conjunto de fatores estruturais, alguns dos quais estreitamente relacionados à sua cosmovisão, que está a desafiar instituições governamentais, antropólogos, profissionais de saúde e organizações não-governamentais. As evidências autorizam supor que as medidas até então adotadas, isto é, a rede de postos de saúde e atendimento, nas aldeias, além de distribuição de cestas de alimentos, atenuam mas não solucionam o que se nos afigura como a perda da confiança em si<sup>14</sup>.

Na já referida Aldeia Amambaí, o suicídio praticado por crianças tem assumido contornos igualmente dramáticos. Em 2003 foram registrados cinco casos, cujas vítimas tinham entre 12 e 18 anos (Amazonia sitenoticias 18.03.05). Em geral considerado consequência de feitiçaria, ele é acionado predominantemente por crianças e jovens, por motivos considerados "banais" (Agência de Notícias FAPESP, 11.04.05). Há que considerar, todavia, a quantidade de registros de suicídio entre índios no Mato Grosso do Sul, em relação àqueles que estão sendo notificados entre os não-índios: entre 1992 e 2002, o Centro de Vigilância Toxicológica registrou 1.355 notificações de intoxicações. Nesse conjunto, ocorreram 506 tentativas de suicídio e 139 óbitos, causados pela ingestão voluntária de agrotóxicos. Para pesquisadores que investigaram o assunto, a maior parte das ocorrências registradas estava relacionada com sintomas de depressão. Por outro lado, vários estudos por eles compulsados, em outras partes do mundo, demonstram forte correlação entre tentativa de suicídios e agrotóxicos. No caso específico da pesquisa desenvolvida no Brasil, a cultura do algodão, em razão da alta demanda de inseticidas, poderá estar ligada a altas taxas de suicídio. "Embora a cultura algodoeira não possa ser considerada determinante

---

<sup>14</sup> "(...) uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social (...)" (Honneth, 2003, p. 215).

para a ocorrência de suicídios numa região, a correlação encontrada pode significar fator de risco, no que diz respeito à exposição humana aos inseticidas, na região de Dourados" (Pires *et al*, 2005).

Em outros casos, como o dos Maxakali de Minas Gerais, porção leste do Brasil, a desnutrição está intimamente relacionada ao alcoolismo -uma dose de álcool é suficiente para derrubá-los uma vez que estão desproteizados, de acordo com declaração de um médico do hospital local- e ambos têm estreita relação com os problemas fundiários<sup>15</sup> que, há anos, os afetam. Estima-se que 90% dos Maxakali são alcóolatrás, percentual que abrange a população infantil: "crianças de oito a nove anos já bebem como gente grande" (Revista Isto É, 18.11.1998). Quando não ingerem álcool diretamente, as crianças ingerem-no pelo leite materno<sup>16</sup>. Dessa mesma relação causal entre falta de terras para plantar e altos níveis de desnutrição, queixam-se os Pataxó da Aldeia de Coroa Vermelha, no extremo-sul baiano, entre os quais pelo menos metade das crianças até 05 anos está abaixo do peso, conforme atestou a equipe médica do Posto de Saúde da FUNASA (Jornal O Globo, 17. 03.2005).

Os Xavante da Aldeia São Felipe, na Reserva Parabubure, em Campinápolis, em Mato Grosso, têm apresentado, igualmente, índices alarmantes de desnutrição: 80 mortes por mil crianças, em 1999; 122 em 2000; 126 em 2001; e 99 em 2002, reduzidas para 66,3 em 2003 e elevadas para 76,77 em 2004, devido a pneumonia e diarreia. Esses índices são, em parte, imputados à recusa das mães em amamentar os filhos além de 01 ano de idade, quando, tradicionalmente, elas o faziam até aos 04 anos, mudança de comportamento atribuída ao efeito-demonstração de hábitos de não-índios das proximidades (Diário de Cuiabá, 27.05.05).

<sup>15</sup> As Terras Maxakali compõem 5.305 ha, distribuídas em duas aldeias e intrusadas por 16 fazendeiros que ocupam as porções mais férteis. O cemitério indígena, local de sepultamento dos antepassados e onde os Maxakali costumavam realizar seus rituais, está ocupado, hoje, por um curral. O uso do álcool entre eles foi estimulado pelos mesmos fazendeiros que, muitas vezes, trocavam jornadas de trabalho por garrafas de cachaça (Revista Isto É, 1998).

<sup>16</sup> O Ministério Público Federal de Minas Gerais encaminhou, em dois de março de 2005, denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o Estado brasileiro por "violação aos direitos humanos". A denúncia está apoiada na omissão em relação ao povo Maxakali, "que vive com precária assistência médica e alimentar, com graves problemas decorrentes do alcoolismo e sem terras apropriadas para cultivo (Folha ON LINE 02.03.2005).

O Social em Questão

A vulnerabilidade da infância indígena no Brasil, porém, não se deve, apenas, à insegurança alimentar e demais fatores referidos. O preconceito que afeta, pesadamente, os povos indígenas, constitui outra ameaça, passível de matar ou deixar sequelas profundas, como as demais. Em julho de 2008, um grupo Guarani estabelecido recentemente na praia de Camboinhas, 'endereço nobre na região oceânica de Niterói, na Grande Rio de Janeiro', foi alvo de um incêndio, considerado, pela polícia, 'criminoso', que quase vitimou três crianças, de 11 meses, 01 ano e 01 ano e três meses, as mulheres e um homem presentes, já que os demais homens participavam de uma reunião, em outro local do bairro. O grupo perdeu tudo, uma vez que o fogo se alastrou rapidamente (Portal do UOL, 18.07.08).

Por outro lado, os desafios com os quais os povos indígenas se defrontam, crescentemente, face ao progressivo processo de alfabetização das crianças em idade escolar, jovens e adultos -sob a forma de ensino diferenciado, bilingue e intercultural<sup>17</sup>- produzem, internamente às aldeias e reservas indígenas, contradições que introduzem dificuldades de comunicação intergeracionais e inter-gêneros, e suscitam relevantes questões relacionadas ao futuro. No Parque Indígena do Xingu, por exemplo, onde convivem os Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Trumai, Wauja e Yawalapiti, Ikpeng, Kaiabi, K?sêdjê e Yudjá, os mais velhos preocupam-se com a persistência das tradições. O cacique Yawalapiti Aritana afirmou não se opor ao envolvimento dos jovens do Parque com a tecnologia, desde que isso não implique em "abandonar as tradições" (Carta Maior, 25.07.07).

O Kuikuro Mahajugi, que integra o Coletivo Kuikuro de Cinema, parece seguro ao replicar que as duas atividades não são excludentes. Mas há quem

---

<sup>17</sup> O capítulo dedicado aos índios na Constituição Federal de 1988 situa a educação escolar diferenciada como um direito e exige desdobramentos no Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e secretarias estaduais e municipais de educação. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 ratifica a educação escolar bilíngüe e intercultural, introduz a discussão do multiculturalismo e etnia no ensino de história da educação básica, e encaminha ao "Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura", a obrigação de desenvolver programas apropriados à Educação Indígena (art. 78) com o apoio técnico e financeiro da União (art. 79). A LDB prevê que os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas, mas determina previamente seus objetivos.

identifique sinais de tensão entre os velhos, diante do que entendem como consumismo e abandono das atividades cotidianas por parte dos jovens, e uma iminente eclosão de um conflito intergeracional. Para os velhos, as crianças e os jovens estão perdendo a autonomia - de saber fazer o necessário para assegurar a reprodução biológica e sociocultural - e interrompendo a aquisição de conhecimentos e habilidades locais, para absorver práticas e representações externas. Nesse contexto, a educação bilíngue é alvo de críticas por parte de muitos deles. Isso parece querer dizer que o futuro é incerto, e que essa incerteza afeta, especialmente, as crianças.

A sedentarização que ocorreu nas últimas décadas, provocada pelo avanço das fazendas de agro-pecuária que cercaram as terras dos Xavante, entre outros problemas, provocou também um esvaziamento do *ethos* masculino -de guerreiros e caçadores. Este tem vindo a ser substituído pela atividade política externa, que faz com que os homens passem muito tempo fora das aldeias. Quando lá estão, têm pouco com que se ocupar. Ao contrário, neste processo de assentamento em reservas, as tarefas femininas têm aumentado significativamente: famílias mais numerosas para sustentar e cuidar, roças mais distantes das aldeias, muita roupa para lavar, etc. Em sociedades nas quais a divisão do trabalho entre os gêneros é muito marcante e tem esferas de atuação muito definidas para o homem e a mulher, esta situação acirra clivagens, e não deixa de afetar negativamente as meninas, e sobretudo estas, pois param de frequentar a escola para poder ajudar as mulheres do seu grupo doméstico nas infindáveis tarefas de cotidiano. Com reduzidas possibilidades de se alfabetizarem, não só ficam em desvantagem em relação aos meninos da sua geração, como terão também menos oportunidades do que qualquer outra criança, ou jovem, que veja realizado o seu direito a educação escolar.

### À guisa de conclusão

A variedade e especificidade das sociedades indígenas brasileiras, fato comprovado pela abundante literatura etnológica, presta-se à observação de como a infância -plural e diversa tanto quanto essas sociedades- se constrói socialmente. Permite-nos avaliar, também, as marcas impostas pelo desenvol-

vimento biológico, expressas no ciclo de vida do indivíduo, e o modo como estas podem, ou não, interferir na ação social, ou se é o contrário que ocorre. Os limites e sobreposições das etapas do ciclo biológico e do social, tornam-se especialmente ricas de observar em sociedades onde essas estratificações são importantes marcadores de tempo e de desempenho de papéis sociais. Ao se considerar a infância como categoria socioestrutural presente em todas as sociedades, porém única em cada uma delas, não obstante permeabilidades ou sobreposições que possam existir entre as várias infâncias do mundo, um estudo localizado e específico reabre possibilidades de debate em torno da dicotomia universal-particular. Para além de serem incompletos os estudos que, em privilégio de uma atenção dada aos adultos, não contemplem as crianças, considerar estas como um grupo minoritário que tem sido tratado com discriminação, que precisa fazer valer seus direitos específicos e achar canais onde possa ter voz, é um aspecto que ganha ênfase pelo fato de serem as comunidades indígenas, em si, uma minoria. As questões cognitivas, centrais e prementes nas atuais discussões em torno da educação escolar indígena, tornam-se excepcionalmente relevantes ao acompanharmos, aos dias de hoje, a introdução da escrita e todos os seus desdobramentos, em sociedades de tradição oral, porém, não mais dispostas a apenas aceitar o que vem de instâncias educacionais superiores mas, sim, evidenciando uma capacidade de reflexão e objetivação das transformações em curso. Sem que se esgote, aqui, a lista de possibilidades, diríamos, ainda, que a autonomia e extrema liberdade de circulação e ação que as crianças indígenas experimentam até aos ritos de iniciação, fornecem exemplos extraordinários para se refletir sobre participação e agência, conceitos-chave no âmbito dos novos estudos sobre infância no mundo<sup>18</sup>. Compelem-nos, por outro lado, a atentar para as situações de extremo risco em que, muito freqüentemente, elas estão envolvidas.

Recebido em junho de 2009, aceito para publicação em setembro de 2009

---

<sup>18</sup> Ver: Nunes, 2003.

## Referências bibliográficas

CARVALHO, M. Rosário & NUNES, Angela. "Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância". Comunicação apresentada na 31ª. Reunião da ANPOCS, 2007. [http://201.48.149.88/anpocs/arquivos/11\\_10\\_2007\\_13\\_45\\_39.pdf](http://201.48.149.88/anpocs/arquivos/11_10_2007_13_45_39.pdf), 2007.

COHN, Clarice. "Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento infantil entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá", *Revista Antropologia*, v. 43, n. 2, 2000. p. 195-222.

GOW, Peter. "The perverse child: desire in a native Amazonian economy", *Man*, v. 24, n. 4, 1989. p. 567-82.

\_\_\_\_\_. *Of mixed blood: kinship and history in Peruvian Amazonia*. Oxford: Clarendon, 1991.

GREGOR, Thomas. *Mehinaku. The drama of daily life in a Brazilian Indian Village*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1977.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JAMES, Allison & JAMES, Adrian. *Key concepts on childhood studies*. London: Sage Publications, 2008.

LEA, Vanessa. "Gênero feminino Mebengokre (KAYAPÓ): desvelando representações desgastadas", *Cadernos Pagu* (3), 1994. p. 85-115.

LOPES DA SILVA, Aracy. "Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê", *Coleção Antropologia*, 6. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

LOPES DA SILVA, Aracy; MACEDO, Ana Vera & NUNES, Angela (Orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Editora Global; Mari; Fapesp, 2002.

McCALLUM, Cecília. "Aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá", *Estudos feministas*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, v. 7, n. 1/2, 1999. p. 157-75

MAYBURY-LEWIS, David. *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

NOVAES, Sylvia Caiuby. "Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo", *Coleção Antropologia*, 8. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

NUNES, Angela. *A sociedade das crianças A'uwe-Xavante: por uma antropologia da criança*. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Inovação Educacional, 1999.

\_\_\_\_\_. *Brincando de ser criança: contribuições da etnologia indígena brasileira à Antropologia da Infância*. Lisboa, Portugal: Departamento de Antropologia do ISCTE, Tese de doutoramento, 2003. 341 p. <http://hdl.handle.net/10071/684>

PIRES, Dario Xavier; CALDAS, Eloísa Dutra & RECENA, Maria Celina Piazza. "Uso de agrotóxicos e suicídios no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil", *Caderno de Saúde Pública*, vol.21 no.2. Rio de Janeiro, Mar./Apr, 2005.

"Todo dia é dia de álcool", *Revista Isto É*. 18 de novembro de 2008.

SARMENTO, Manuel. " 'Estudos da criança' como campo interdisciplinar de investigação e conhecimento", *Revista Interações*, nr. 10, 2008. p. 1-5.

VIDAL, Lux. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira*. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1977.

VIEIRA, Ivânia. "Crianças indígenas: a imprensa ignora a tragédia", *Homepage COIAB*. 25.07.2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Anpocs, 1986.